

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações Financeiras

Stone Pagamentos S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações
Financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da
Stone Pagamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Pagamentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de junho de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dario Ramos da Cunha', is written over a circular stamp or seal.

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

Stone Pagamentos S.A.

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Circulante		
Disponibilidades	9.288	1.127
Disponibilidades em moeda nacional	9.288	1.127
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	2.023.221	14.405
Certificado de depósito bancário – CDBs	487.178	6.161
Cotas de Fundo de Investimento	1.536.044	8.244
Outros créditos	4.719.256	993.059
Contas a Receber de Emissores (Nota 6)	2.418.483	978.489
Operações vinculadas à cessão (Nota 6)	2.244.576	-
Diversos (Nota 6)	61.002	16.472
(-) Provisões para Outros Créditos	(4.805)	(1.902)
Outros valores e bens	14.023	3.257
Despesas antecipadas	14.023	3.257
Realizável de Longo Prazo	123.423	40.475
Outros Créditos - Diversos (Nota 14)	123.423	40.475
Permanente	478.629	446.536
Investimentos (nota 8)	355.957	412.182
Participações em Controladas	186.085	223.264
Ágio na Aquisição de Investimento	169.872	188.918
Imobilizado de uso (nota 7)	114.429	29.631
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	138.396	40.113
(-) Depreciação acumulada	(23.967)	(10.483)
Intangível (nota 7)	8.243	4.723
Outros ativos intangíveis	10.152	5.520
(-) Amortização acumulada	(1.909)	(797)
Total do ativo	7.367.841	1.498.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2017	31/12/2016
Passivo		
Circulante		
Outras obrigações	6.870.549	1.029.158
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	378	378
Fiscais e previdenciárias (nota 9a)	44.495	2.851
Obrigações vinculadas a cessão de crédito (nota 6)	2.222.005	-
Diversas (nota 9b)	4.603.671	1.025.929
Patrimônio líquido (nota 10)	497.292	469.700
Capital	491.792	491.792
Reserva de capital	9.776	9.776
Prejuízos acumulados	(4.277)	(31.868)
Total do passivo	7.367.841	1.498.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Demonstração do Resultado

Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017		2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	141.820	154.089	4.033
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.137	2.850	4.033
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	140.683	151.239	-
Resultado bruto da intermediação financeira	141.820	154.089	4.033
Outras receitas (despesas) operacionais	(111.731)	(106.130)	4.909
Rendas de Prestação de Serviços (nota 11)	160.120	233.001	73.692
Despesas administrativas (nota 12)	(167.518)	(229.853)	(71.415)
Resultado equivalência patrimonial	(4.846)	12.821	2.307
Outras receitas e despesas operacionais (nota 13)	(99.487)	(122.099)	325
Resultado operacional	30.089	47.959	8.942
Resultado não operacional	(1.016)	(496)	(18.517)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	29.073	47.463	(9.575)
Imposto de renda e contribuição social (nota 15)	(19.624)	(19.872)	8.401
Imposto de Renda	(18.263)	(17.725)	4.787
Contribuição Social	(1.361)	(2.147)	3.614
Lucro líquido do semestre / exercício	9.449	27.591	(1.173)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a Integralizar</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	101.103	(19.310)	9.776	(30.695)	60.874
Aumento de Capital	390.690	19.310	-	-	410.000
Resultado do exercício	-	-	-	(1.173)	(1.173)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	491.792	-	9.776	(31.868)	469.700
Saldos em 01 de julho de 2017	491.792	-	9.776	(13.726)	487.843
Resultado do semestre	-	-	-	9.449	9.449
Saldos em 31 de dezembro de 2017	491.792	-	9.776	(4.277)	497.292
Saldos em 01 de janeiro de 2017	491.792	-	9.776	(31.868)	469.700
Resultado do exercício	-	-	-	27.591	27.591
Saldos em 31 de dezembro de 2017	491.792	-	9.776	(4.277)	497.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	2017		2016
	2º semestre	Exercício	Exercício
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	63.011	112.428	4.400
Lucro líquido do semestre/exercício	9.449	27.591	(1.173)
Depreciação e amortização	27.144	34.580	8.108
Impostos diferidos	19.624	19.872	(8.401)
Lucro na alienação de bens	8.183	7.423	3.184
Equivalência patrimonial	(4.846)	12.821	2.307
Provisão para demandas judiciais	6.086	7.050	678
Programa de remuneração (StockOptions)	188	188	-
Provisão para outros créditos	(2.816)	2.903	(302)
Varição de ativos e obrigações	21.398	(42.991)	13.672
Contas a receber emissores	(3.219.601)	(3.729.100)	(839.288)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.723.639)	(2.008.817)	53.409
Outros ativos	(143.102)	(139.415)	(31.926)
Contas a pagar estabelecimentos	2.734.290	3.440.372	797.139
Obrigações cessão de crédito	2.222.005	2.222.005	-
Fornecedores e prestadores de serviços	(840)	7.700	915
Valores a Repassar as Bandeiras	9.948	14.311	4.307
Obrigações cíveis, trabalhistas e previdenciárias	11.679	17.868	4.538
Outros passivos	130.659	132.085	24.580
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	84.409	69.437	18.073
Atividades de investimentos			
(Aquisição) de imobilizado de uso	(75.440)	(106.917)	(15.782)
(Aquisição) de intangível	(2.728)	(4.357)	(3.460)
Investimentos em controladas	-	50.000	(409.875)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(78.168)	(61.274)	(429.116)
Atividades de financiamento			
Aumento do capital social	-	-	410.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	-	410.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.241	8.162	(1.044)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	3.047	1.127	2.170
No final do exercício	9.288	9.288	1.127
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	6.241	8.162	(1.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Stone Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Stone”) com sede em São Paulo, Rua Fidêncio Ramos, 308 – 10º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e o modelo de negócio da empresa compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões Mastercard, Visa, Diners e Elo aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas.

Em 22 de abril de 2016 a Companhia adquiriu 100% do capital da MNLТ Soluções de Pagamento S.A. (“MNLТ”) anteriormente denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A. A MNLТ é uma Sociedade por ações que tem como objeto principal a operação de aquisição, que compreende a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das Associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos.

Além de processar as operações de crédito e débito, a MNLТ oferece também a possibilidade de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos. A operação com cartões de crédito e débito consiste na captura, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões das mencionadas bandeiras. A MNLТ, pela prestação desses serviços, cobra dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tem por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; (ii) remunerar os serviços prestados pela MNLТ. As transações com cartões de crédito também podem ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos e somente das transações já capturadas e processadas.

A Stone obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Conforme determinação do BACEN, por meio da Circular 3.765/15, a Stone implantou em outubro de 2017 um novo processo de liquidação financeira centralizado na CIP -Câmara Interbancária de Pagamentos, para determinados Arranjos de Pagamento também definidos pelo BACEN. O novo processo de liquidação financeira não traz impactos para a posição patrimonial e financeira da Companhia.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF)

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de junho de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional do Companhia e também a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- (ii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas no item (iii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13.

d) Transações de Pagamento

Nas transações de débito, a Stone paga em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o pagamento depende da quantidade de parcelas. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito à vista, ele ocorre trinta dias corridos após a captura da transação. Se o pagamento é referente a uma transação de crédito parcelado, o pagamento de cada parcela ocorre 30 dias após o vencimento de cada parcela.

e) Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

g) Ativo imobilizado e intangível

Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Máquinas e aparelhos e equipamentos - 20%;
- Equipamentos de informática- 20%;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros- 33%;
- Móveis e utensílios - 10%;
- Equipamentos de telefonia- 20%;
- Veículos - 20%.

Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Software – 20%;
- Licenças de uso de bandeiras – 20%.

h) Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

Não foram identificadas perdas por *impairment* em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

i) Provisão para imposto de renda/contribuição social

A provisão para imposto de renda (IRPJ) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é de 9% sobre o lucro tributável.

j) Despesas antecipadas

Estão reconhecidas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, a serem reconhecidos na competência apropriada. Em sua maioria referem-se as despesas de constituição dos fundos de investimentos em direitos creditórios que serão amortizados no prazo de encerramento dos fundos.

k) Cessão de recebíveis

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, créditos recebíveis cedidos desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificados para rubrica específica no ativo - Operações vinculadas à cessão (Nota 6) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 9). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

l) Apuração do resultado

Receita operacional

Na demonstração do resultado estão apresentadas na linha de Rendas de Prestação de Serviços estão mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apurada em conformidade com o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, cancelamentos, descontos comerciais e outras deduções similares, estando assim representadas:

- Receitas decorrentes da prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito: Oriundas da captura das transações com cartões de crédito e débito, sendo apropriadas ao resultado da Companhia, líquida das taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações.
- Receita com aluguel de equipamentos de captura: É a contrapartida dos estabelecimentos, credenciados ao sistema da Stone e MNLT, a título de aluguel, pela disponibilização dos

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

equipamentos de captura das transações comerciais e/ou serviços. A receita é contabilizada de forma linear no mês de competência do aluguel.

Receitas da intermediação financeira

Esta receita ocorre com os rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é incluída nas rubricas “rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez” e “rendas com títulos e valores mobiliários”, na demonstração do resultado.

Outras receitas operacionais

As receitas decorrem principalmente do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor antecipado, sendo reconhecidas na demonstração de resultado no ato da liquidação financeira. Estão apresentadas na linha “Rendas por antecipação de obrigações de pagamento”, na nota 13.

3. Adoção inicial das Práticas Contábeis a partir do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Em 09 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.865 que estabelece, dentre outros assuntos, os conceitos, princípios e normas gerais sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento, os quais passam a integrar o SBP, bem como a se submeter à regulamentação do BACEN. A Lei nº 12.865/2013 e o conjunto de normas expedidas pelo CMN e pelo BACEN. Em 03 de julho de 2017, a Stone Pagamentos S.A. obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). Dentre as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPC”) em relação ao regramento contábil do Banco Central que passou a ser adotado pela Companhia, destaca-se o tratamento do ágio. De forma diversa ao tratamento adotado pelo CPC, no âmbito do COSIF, o ágio contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros (“goodwill”) deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade (“teste de impairment”). Nesse sentido, em linha com os preceitos do Pronunciamento Contábil nº 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução CMN nº 4.077/11, bem como dos procedimentos de adoção inicial definidos na Circular nº 3.833/17, do BACEN.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalente de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Disponibilidade – Em moeda nacional	9.288	1.127
Certificados de depósitos bancários (nota 5a)	487.178	6.161
Caixa e equivalentes de caixa	<u>496.466</u>	<u>7.287</u>

O valor justo das aplicações em CDBs é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizadas ao mercado através de órgão oficiais (Cetip, BACEN etc.), e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM para as aplicações em fundos de investimentos.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Títulos para negociação		
Certificados de depósitos bancários - CDBs	487.178	6.161
Cotas de fundo de investimento – Renda Fixa	732	8.144
Títulos mantidos para negociação		
Cotas de fundo de investimento	<u>1.535.312</u>	<u>100</u>
FIDC TAPSO	1.285.959	100
FIDC AR I	120.236	-
FIDC AR II	129.117	-

Os títulos mantidos para negociação referem-se a fundos de investimentos em direitos creditórios (“FIDC” ou, coletivamente “Fundos”). Os fundos são administrados e custodiados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais.

O FIDC TAPSO pertence 100% ao Grupo Stone Co. Em 31 de dezembro de 2017 a Stone detinha 77% das cotas, a MNL T 11% e o Pagar.me 12% (em 31 de dezembro de 2016 a Stone detinha 100% das cotas do fundo).

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Os FIDCs AR I e II foram constituídos no exercício de 2017 sob a forma de condomínio aberto, com prazo de 20 anos, regidos pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os Fundos devem manter, após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as quotas está de acordo com as normas adotadas no Brasil.

Apesar da duração dos Fundos serem de 20 anos, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

Os Fundos contabilizam as suas cotas a valor presente (pró-rata entre o valor antecipado e valor nominal no vencimento), para que a Companhia estivesse em conformidade com as normas adotadas no Brasil a contabilização da receita do fundo é antecipada para reconhecimento total na data da antecipação.

b) Composição por classificação e prazo

	31/12/2017		31/12/2016	
	0 a 91 dias	Acima de 91 dias	0 a 91 dias	Acima de 91 dias
Títulos para negociação				
Certificados de depósitos bancários	487.178	-	-	6.161
- CDBs				
Cotas de fundo de investimento (sem vcto.)	-	732	-	-
Títulos mantidos para negociação				
Cotas de fundo de investimento	-	1.535.312	-	8.244

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

6. Outros Créditos e Outras Obrigações

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber de Emissores	2.418.483	978.489
Contas a Receber de Emissores (i)	2.418.483	978.489
Cessão de crédito com coobrigação	2.244.576	-
Operação de crédito vinculadas à cessão (ii)	2.244.576	-
Diversos	61.002	16.472
Impostos e contribuições a compensar	31.736	10.210
Outros valores a receber (iii)	29.266	6.262
Outras Obrigações	(2.222.005)	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	(2.222.005)	-

- (i) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações com bancos emissores em 31 de dezembro de 2017.
- (ii) Correspondem aos valores a receber de emissores cedidos aos Fundos de Direitos Creditórios com a retenção substancial dos riscos e benefícios para a Stone Pagamentos S.A.
- (iii) Valores a receber de clientes em virtude do aluguel de equipamentos e prestação de serviços transação financeira.
- (iv) Corresponde às obrigações com os Fundos de Direitos Creditórios.

7. Permanente

a) Composição dos saldos

	31/12/2017		
	Custo	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor residual
Imobilizado de uso			
Equipamentos de uso	138.247	(23.916)	114.331
Veículos	63	(31)	31
Sistemas de comunicação	67	(19)	48
Instalações	18	(0)	18
Total	138.396	(23.967)	114.429
Intangível			
Direitos sobre contrato de representação (i)	5.174	(1.115)	4.059
Direitos de uso de softwares	4.978	(794)	4.185
Total	10.152	(1.909)	8.243

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31/12/2016		
	Custo	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor residual
Imobilizado de uso			
Equipamentos de uso	39.982	(10.458)	29.524
Veículos	64	(19)	45
Sistemas de comunicação	67	(6)	62
Total	40.113	(10.483)	29.631
Intangível			
Direitos sobre contrato de representação (i)	3.741	(571)	3.171
	1.779	(227)	1.552
Total	5.520	(797)	4.723

- (i) Refere-se a direito de contrato readquirido com a finalidade de extensão do período de representação com correspondente.

b) Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado de uso		
Saldo inicial	29.631	24.611
Aquisições	106.917	15.782
Alienações	(7.423)	(3.184)
Depreciação	(14.696)	(7.578)
Saldo Final	114.429	29.631
Intangível		
Saldo inicial	4.723	1.793
Aquisições	4.357	3.460
Outras movimentações	99	27
Amortização	(936)	(557)
Saldo Final	8.243	4.723

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

8. Investimentos

- a) A Companhia possui participação societária somente na MNLТ, conforme explicado no item 8(b). Segue composição da conta de Participação em Investimentos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016:

	Participação Societária	Ágio sobre Aquisição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Aquisição de Investimento	-	-	-
Ágio	(188.918)	188.918	-
Aumento de Capital (i)	409.875	-	409.875
Equivalência Patrimonial	2.307	-	2.307
Saldo em 31 de dezembro de 2016	223.264	188.918	412.183
Redução de Capital (ii)	(50.000)	-	(50.000)
Amortização de Ágio (iii)	-	(19.046)	(19.046)
Equivalência patrimonial	12.821	-	12.821
Saldo em 31 de dezembro de 2017	186.085	169.872	355.957

- (i) Aumento de capital para o saneamento financeiro da empresa adquirida.
- (ii) Após revisão dos montantes necessários para a manutenção da operação da controlada MNLТ, deliberou-se pela redução do capital em R\$ 50.000.
- (iii) A partir da autorização de funcionamento pelo BACEN como instituição de pagamento, o ágio da aquisição da MNLТ passou a ser amortizado no prazo de 5 anos, prospectivamente.

b) Aquisição de controle da MNLТ

Em 22 de abril de 2016 a Stone adquiriu 100% do capital da MNLТ Soluções de Pagamentos S.A. ("MNLТ"), naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma joint venture entre Elavon Inc., subsidiária da U.S.Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. Atualmente a MNLТ possui autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Diners e Discover. Além disso a MNLТ também está autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket.

O montante pago pela aquisição de 100% da MNLТ foi de R\$ 1,00 (um real). O Patrimônio Líquido Negativo da MNLТ na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição de investimentos registrado na rubrica de intangíveis no balanço consolidado.

Após a aquisição, a Companhia efetuou um aporte de capital no montante de R\$ 409.875 para normalização das demandas de capital de giro para a regular operação da adquirida e para alcançar o valor de Patrimônio Líquido exigido pelo regulador, o Banco Central do Brasil, para as Instituições de Pagamento Credenciadoras, de 2% (dois por cento) do volume financeiro médio dos últimos doze meses consecutivos.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Impostos e contribuições sobre lucros	10.587	2.288
Impostos e contribuições diferidos sobre lucros	27.679	-
Impostos e contribuições sobre salários	3.146	206
Impostos e contribuições sobre serviços	3.083	357
Total	<u>44.495</u>	<u>2.851</u>

b) Diversas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a pagar estabelecimentos	3.087.018	986.803
Contas a pagar com partes relacionadas (i)	1.437.444	18.289
Outros	79.209	20.837
Total	<u>4.603.671</u>	<u>1.025.929</u>

(i) Refere-se aos valores a pagar ao FIDC Tapso.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social é representado por 4.756 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 491.792

Em 22 de abril de 2016 o acionista DLP Pagamentos Brasil S.A. e Banco PAN S.A. aumentaram o capital social da Companhia em R\$ 390.690. O aumento do capital social se deu mediante a emissão de 1.482.412 novas ações Ordinárias Nominativas sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 263,55 (duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

As ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

b) Reserva legal

A reserva legal foi constituída no fim do exercício de 2015. A reserva legal é constituída semestralmente mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Reservas de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Stone Pagamentos S. A. constituiu reserva de capital no montante de R\$ 9.776 para a distribuição de remunerações baseadas em ações.

d) Pagamento baseado em ações

A Stone, participa de um programa de remuneração de longo prazo baseado em ações. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e aplicada de acordo com a política interna corporativa.

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio. A Companhia registrou despesas tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

A tabela abaixo apresenta a movimentação da quantidade de ações e saldos no período:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Quantidade de ações	R\$	Quantidade de ações	R\$
Saldo no início do exercício	4.755.551	491.792	4.755.551	491.792
Reserva de Capital		9.776		9.776
Total	4.755.551	501.569	4.755.551	501.569

11. Receitas de prestação de serviços – Serviços de pagamentos

	2017		31/12/2016
	2º Semestre	Exercício	
Rendas de operações de transferências de recursos (i)	160.120	233.001	73.692
Total	160.120	233.001	73.692

(i) Receita de tarifa gerada pelos serviços de transferências de recursos, via captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

12. Despesas administrativas

a) Despesa de pessoal

	2017		31/12/2016
	2º Semestre	Exercício	
Benefícios	17.791	25.124	7.232
Encargos sociais	14.946	19.573	6.194
Salários e proventos	46.412	58.841	19.673
Treinamentos	678	1.190	367
Total	79.826	104.727	33.466

b) Outras despesas

	2017		31/12/2016
	2º Semestre	Exercício	
Água, energia e gás	546	911	378
Aluguéis	3.567	6.179	2.526
Comunicações	4.310	5.819	3.256
Manutenção e conservação de bens	4.805	4.998	599
Materiais	2.324	3.381	1.030
Processamento de dados	38.505	57.168	12.921
Publicidade, promoções e relações públicas	4.545	6.082	1.592
Despesas com publicações	1.231	2.058	28
Seguros	36	52	12
Serviços do sistema financeiro	2.442	3.785	2.060
Serviços de terceiros	471	635	674
Serviços de vigilância e segurança	602	698	7
Serviços especializados	8.566	10.046	4.350
Transportes	4.962	9.740	4.715
Viagens	6.934	9.311	2.682
Outros	3.660	4.075	1.119
Total	87.504	124.938	37.948
Despesas Administrativas	167.518	229.853	71.415

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

13. Outras despesas operacionais

Outras Despesas Operacionais	2017		31/12/2016
	2º Semestre	Exercício	
Desconto - cessão de recebíveis	(86.228)	(158.396)	(143.781)
Despesas de depreciação e ajustes patrimoniais	(49.620)	(58.898)	(29.629)
Despesas PIS/Cofins	(26.648)	(38.067)	2.100
Despesas ISS	(2.738)	(3.788)	(1.201)
Outros despesas tributárias	(172)	(1.105)	(4.288)
Outros despesas operacionais	(15.879)	(30.630)	(7.482)
Total	(181.286)	(290.883)	(184.283)

Outras Receitas Operacionais	2017		31/12/2016
	2º Semestre	Exercício	
Rendas por antecipação de obrigações de pagamento	76.200	162.534	182.141
Outras receitas operacionais	5.599	6.250	2.467
Total	81.799	168.784	184.608
Outras receitas e despesas operacionais	(99.487)	(122.099)	325

14. Transações com partes relacionadas

	31 de dezembro de 2017			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesa
MNLT Soluções de Pagamento S.A.	15.180	-	35.999	-
DLP Pagamentos Brasil S.A.	40.860	(7.190)	8.598	-
BUY4 Processamento de Pagamento S.A.	66.004	-	69.234	-
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A.	511	-	-	(278)
Pagar.me Pagamentos S.A.	498	(96)	41.018	-
Outras	370	-	-	(277)
Total	123.423	(7.286)	154.849	(11.081)

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2016			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesa
MNLT Soluções de Pagamento S.A.	93	(13.268)	620	(5)
DLP Pagamentos Brasil S.A.	13.759	-	12	(4.108)
BUY4 Processamento de Pagamento S.A.	26.564	(5.019)	836	-
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A.	59	-	59	-
Pagar.me Pagamentos S.A.	-	-	12.185	-
Outras	-	(2)	-	-
Total	40.475	(18.289)	13.712	(4.113)

A atividade da controlada Pagar.me Pagamentos S.A. consiste na prestação de serviço de sub-adquirência de estabelecimentos comerciais, com a Stone sendo o principal veículo de aquisição utilizado pela Pagar.me. Desta forma, em 31 de dezembro de 2017 a Stone tem um saldo a repassar a Pagar.me no montante de R\$ 306.751, no curto e longo prazo (R\$ 76.918 em 31 de dezembro de 2016), na conta 'Contas a pagar estabelecimentos', que geraram uma receita de R\$ 41.018 no exercício de 2017 (R\$ 12.185 em 2016) para a Stone.

A Remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 4.703 e R\$ 2.719, respectivamente, considerados benefícios de curto prazo.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017:

	2º semestre de 2017	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.889	48.279	(9.575)
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(10.162)	(16.415)	3.256
Despesas permanentes	(1.614)	(1.618)	(972)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.370)	4.637	1.160
IR e CS diferidos - prejuízo fiscal/base negativa (i)	-	-	4.208
IR e CS diferidos - diferenças temporárias (i)	-	-	749
Amortização ágio	(6.476)	(6.476)	-
	<u>(19.623)</u>	<u>(19.872)</u>	<u>8.401</u>
Correntes	-	-	-
Diferidos	(19.623)	(19.872)	8.401
Taxa (%) de alíquota efetiva	66%	41%	88%

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

(i) O correspondente crédito tributário passou a ser reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em atendimento às premissas necessárias para reconhecimento, conforme determinado no CPC 32 – Tributos sobre o lucro, e em função da revisão do plano estratégico de negócios, elaborado pela Administração da Companhia.

b) Créditos tributários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Stone Pagamentos S. A. efetuou o registro contábil de crédito tributário, conforme prerrogativas da Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Banco Central do Brasil.

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela regulamentação acima mencionada. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporárias.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Crédito tributário	01/01/2017	Movimentação	31/12/2017
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (i)	6.537	8.075	14.612
Provisão PLR	881	1.915	2.796
Demais diferenças temporárias	248	3.457	3.706
Provisão Crédito de Liquidação Duvidosa	647	987	1.634
Total	8.313	14.434	22.748

Impostos Diferidos	01/01/2017	Movimentação	31/12/2017
Impostos e contribuições diferidos sobre o lucro	-	(27.679)	(27.679)
Total	-	(27.679)	(27.679)

(i) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no montante de R\$ 21.455 (R\$ 19.226 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) A Stone é cotista do Fundo Tapso, um FIDC aberto. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC Tapso é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis, tornando a estrutura jurídica do FIDC transparente.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Ano de realização	Créditos Tributários
	<u>31/12/2017</u>
2018	22.748
	<u>22.748</u>

Os créditos tributários constituídos serão realizados durante o exercício de 2018. Como se trata de uma realização de curto prazo, os valores não apresentarão variação significativa.

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
01/01/2016	-	25	25
Adições	5	139	144
Reversão		(79)	(79)
Realização	-	(13)	-
31/12/2016	<u>5</u>	<u>72</u>	<u>77</u>
Adições	230	1.784	2.014
Reversão	(175)	(1.458)	(1.633)
Realização	-	(51)	(51)
31/12/2017	<u>60</u>	<u>347</u>	<u>407</u>

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

As estimativas para perdas possíveis totalizam o montante de R\$ 36.217 (R\$ 45.457 em 31 de dezembro de 2016) e estão representadas por processos de natureza cível totalizando R\$ 35.851 e processos de natureza trabalhista com o montante de R\$ 366.

A Companhia é parte de uma ação judicial impetrada por uma Instituição Financeira contra um comerciante credenciado em que a Companhia foi chamado como parte ligada ao comerciante, pedindo a Stone para se abster de efetuar o pré-pagamento de recebíveis relacionados a quaisquer créditos do comerciante credenciado, provenientes de cartões de crédito e débito, além de solicitar que os valores provenientes das transações sejam pagos no domicílio bancário da Instituição Financeira demandante da ação. O valor da ação em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 35.526.

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Stone.

17. Gerenciamento de risco

A Gestão de Riscos na Stone Pagamento S.A. conta com oito frentes de atuação: Gestão de Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Crédito, Capital, Socioambiental, Compliance e Controles Internos. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da Companhia, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) Risco de mercado: implica no monitoramento e revisão da exposição a todos os riscos geradores de perdas potenciais de valor de instrumentos ou produtos financeiros provenientes de movimentos dos mercados relacionados aos produtos oferecidos pela Stone. O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua.
- b) Risco operacional: a natureza dos negócios da Stone é caracterizada por um grande número de operações diárias, o que torna a Empresa fortemente dependente de seus sistemas de processamento de dados e de outras tecnologias operacionais. Neste contexto, a Gestão de Risco Operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas.
- c) Risco de liquidez: é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos,

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

- d) Risco de crédito: a Companhia não realiza nenhuma operação de empréstimo aos correspondentes, não se enquadrando a Stone Pagamentos nas normas da Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional. O risco primário, da atividade de adquirente, se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Companhia dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. A Companhia avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682, de novembro de 2013, as bandeiras (denominadas “instituições de pagamento” na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se sob análise.
- e) Gerenciamento de capital: objetiva (i) o monitoramento e controle do capital mantido pela Stone; (ii) a avaliação e adequação do capital face aos riscos a que a Stone está sujeita; e (iii) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Stone.
- f) Gerenciamento de Risco Socioambiental: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais (i.e. hipóteses de impacto jurídico, financeiro, reputacional, dentre outros), a Stone desenvolveu Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA, aderente à Resolução CMN 4.327 de 25 de Abril de 2014
- g) Em termos de Compliance, a Stone possui um programa devidamente documentado em políticas e procedimentos específicos, em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo no Brasil (“PLD/FT”), visando prevenir o uso dos produtos e serviços da empresa em atividades consideradas atípicas ou suspeitas. A Stone estabeleceu regras de identificação e conhecimento do cliente e do correspondente, procedimentos para a identificação, análise, e reporte de transações atípicas ou suspeitas, bem como o programa de Interdição dos clientes. Uma vez que a aplicação das regras e procedimentos relativos à PLD/FT faz parte integrante das políticas internas da empresa, seu cumprimento é obrigatório por parte de todos os funcionários e correspondentes. As regras e procedimentos relativos à PLD/FT, bem como respectivas estratégias e objetivos são periodicamente revisados, de forma a manter sempre atualizado o Programa de Compliance, para endereçar adequadamente os riscos associados a seus produtos e serviços.
- h) Controles Internos: o gerenciamento das atividades de controles internos da Stone está sob responsabilidade da área de Risco, Crédito e Cobrança. Os procedimentos de controles internos têm como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas estabelecidas para operações e programas.

Stone Pagamentos S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

18. Limites operacionais

Os limites mínimos de patrimônio líquido compatível com o grau de risco decorrente da exposição das financeiras (Acordo da Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e aplicação de recursos no ativo permanente são apurados conforme critérios estabelecidos pelo BACEN. Em 31 de dezembro de 2017 os limites operacionais estão devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o Patrimônio de referência e o mínimo exigido.

19. Evento subsequente

Em 21 de junho de 2018 a Companhia adquiriu uma participação de 27,96% na Linked Gourmet (“Linked”), uma empresa desenvolvedora de softwares e serviços para o mercado de *food service*, com o que a Companhia espera obter sinergias no atendimento a seus clientes. A Companhia pagará R\$ 2.113 até dezembro de 2018 pela aquisição da referida participação.

A Companhia tem uma opção para aquisição de uma participação adicional no período de 2 a 3 anos a contar da data da aquisição inicial, que lhe permitirá obter o controle da Linked.